

## A EUROPA NO MUNDO EM 2022

Página 2

## NATO-RÚSSIA

Página 2

## A BÚSSOLA ESTRATÉGICA DA UE EM SEGURANÇA E DEFESA

Página 3

## AUTONOMIA ESTRATÉGICA

Página 4

## POR QUE A BÚSSOLA ESTRATÉGICA DA EUROPA APONTA PARA PROBLEMAS

Página 4

## SUGESTÕES DE LEITURA EURODEFENSE

Página 5

## DESTAQUES EURODEFENSE JOVEM- PORTUGAL

Página 6



## A UNIÃO EUROPEIA AINDA PROCURA A SUA BÚSSOLA

A busca não começou, é claro, com a reunião dos ministros das Relações Exteriores e da Defesa da UE na semana passada em Bruxelas. De facto, o caminho para dotar-se de capacidade própria de segurança e defesa começou antes mesmo da assinatura do Tratado de Roma (1957), tendo a abortada Comunidade Europeia de Defesa (1952) como marco original do que, desde 2009, levou à Política Comum de Segurança e Defesa (PCSD). Embora ainda estejamos longe de uma União Europeia da Defesa com verdadeira autonomia estratégica, ao longo destas décadas é um facto o copo têm “água” – muito pouco para uns e demasiado para outros – mas sem que isso permitisse aos atuais vinte e sete para evitar a subordinação em questões de política externa, de segurança e defesa e, pior ainda, a sua crescente irrelevância (ou “encolhimento estratégico”, como chama o próprio Josep Borrell).

A Bússola Estratégica, que, se o processo iniciado em junho de 2020 sob a presidência alemã for concluído com sucesso, deve ser aprovada em meados deste ano sob a presidência francesa, é chamada a servir para encontrar o caminho que permita transformá-la no guia operacional da PCSD. Nem esta é a primeira tentativa de definir o rumo a ser seguido pelos vinte e sete no complexo cenário internacional desde a aprovação da Estratégia Europeia de Segurança (2003), mas a experiência acumulada não constitui o melhor dos pilares para confiar que talvez seja possível superar as diferenças internas entre pró-europeus, atlantistas e neutros. Com efeito, se há algo de novo que dá esperança de que agora seja possível dar o salto qualitativo que fará da União um player global, capaz de usar a linguagem do poder em termos concretos, é o efeito combinado da saída de Londres – atlanticista confesso e freio permanente à união política em todas as suas dimensões–; a gravidade da crise económica e da pandemia, – que torna o multilateralismo obrigatório diante da limitação das forças individuais–; a coerção russa altamente visível; e o enfraquecimento igualmente tangível do compromisso americano com a defesa europeia.

Em todo o caso, para se chegar a uma conclusão bem sucedida, evitando que o documento que o Conselho Europeu tem de aprovar oportunamente seja mais um daqueles que vão parar na gaveta dos assuntos hibernados, é necessário ultrapassar muitos e muito obstáculos difíceis. Entre eles vale a pena destacar:

**Definição de ameaças** – É natural que cada país membro pense naquelas que mais afetam os seus interesses vitais. Mas é tão fora de propósito sonhar que estes são os que os outros vão assumir quanto supor que alguém pode neutralizá-los individualmente. A primeira fase do processo iniciado em 2020 consistiu precisamente em identificá-los e acordar numa lista comum. Lista que se decidiu não divulgar à opinião pública, certamente tentando evitar um acirrado debate nacionalista entre os vinte e sete promovido pelos media. Ainda assim, a medida não garante que o exercício não se reduza a um mínimo denominador comum, que sacrifique elementos cada vez mais perturbadores para salvaguardar o consenso entre aqueles que preferem concentrar esforços nas novas ameaças, por um lado, e aqueles que só pensam na defesa coletiva clássica, por outro.

**Processo de tomada de decisão** – A UE permanecerá uma criatura híbrida por muito tempo, mas sem aliviar a carga intergovernamental sobre a política externa, de segurança e defesa, é impossível que o copo esteja cheio. A unanimidade é um fardo que se traduz constantemente não só em ineficiência na defesa dos nossos interesses, mas muitas vezes no simples não aparecimento da União.

Não só é necessária uma reforma do processo decisório – apelando à abstenção construtiva ou ao que já é permitido pelo artigo 44.º do TUE – mas também a constituição de uma Sede suficientemente equipada para planear e dirigir as operações em todo o espectro imaginável. Algo que a atual Capacidade Militar de Planeamento e Execução não tem condições de assumir.

**Planos de Desenvolvimento de Capacidades** – Neste caso, tudo depende do nível de ambição que se possa estabelecer. O quadro atual, definido pelas Missões de Petersberg, está obviamente muito aquém da autonomia estratégica proposta pela Estratégia Global para a Política Externa e de Segurança da UE (2016). A realidade é que nem a Agência Europeia de Defesa (desde 2004), nem os sucessivos Planos de Desenvolvimento de Capacidades, nem a Cooperação Estruturada Permanente (2017), nem a nova Revisão Anual da Coordenação do Planeamento (CARD) conseguiram superar a relutância dos nacionalistas ou os mal-entendidos que ocorrem ao comparar os planos que a NATO impõe aos seus membros (21 dos quais também são membros da UE). E não parece que o Fundo Europeu de Defesa (2021), positivo de qualquer forma, seja a solução para um problema que não exige necessariamente gastar mais, mas gastar melhor.

É claro que faltam capacidades em várias áreas, mas muito mais é a vontade política de dar à União uma voz única na arena internacional. Por esta razão, em vez de ficar obcecado com a ideia de forças armadas europeias que não estão ao virar da esquina, e que seria apenas o passo final de um processo de união política que está no ar, seria aconselhável concentrar esforços na eliminação das abordagens nacionalistas anacrônicas que pesam sobre nosso presente e nosso futuro. Esta é a única forma de alcançar a autonomia estratégica, indo além da criação de uma unidade militar de 5.000 efetivos, quando foi aprovada há vinte anos a criação de uma Força de Reação Rápida (com 60.000 tropas terrestres, mais uma componente naval e aérea). pouco tempo depois alguns Grupos de Combate (23 com 1.500 soldados cada) que, infelizmente, nunca passaram do papel.

**Jesús A. Núñez Villaverde | 22.11.2021**

<https://www.realinstitutoelcano.org/la-union-europea-sigue-buscando-su-brujula/>



## Uma Bússola Estratégica para Segurança e Defesa para a UE

Última versão da chamada "Bússola Estratégica" europeia que permitirá aos Estados-Membros estabelecer uma visão estratégica comum para a UE ao longo da próxima década, aprovada em 6 de janeiro de 2022.



2022 provavelmente será um ano turbulento para a UE. À medida que continua a fortalecer a sua liberdade e capacidade de agir em assuntos externos, também deve adaptar-se a **profundas mudanças estruturais na geopolítica global**, como a natureza mutável do poder, o retorno da política de homens fortes, o crescente envolvimento de atores não estatais e a separação cada vez menor entre as políticas internas e externas. As tendências globais, como as alterações climáticas, a digitalização, a mudança demográfica e o declínio mundial da democracia e da liberdade complicam ainda mais as coisas e terão uma grande influência na formulação de políticas da UE. Apresentamos uma visão abrangente dos principais desenvolvimentos na cena global em 2022, analisamos e destacamos como estes terão impacto no papel da UE no mundo e, finalmente, delinear o que a UE e os Estados-membros podem fazer para se manter e exercer o seu poder de forma mais eficaz num ambiente cada vez mais complexo e hostil.

## NATO RÚSSIA



Por mais de duas décadas, a NATO vem trabalhando para construir uma parceria com a Rússia, desenvolvendo o diálogo e a cooperação prática em áreas de interesse comum. A cooperação prática foi suspensa desde 2014 em resposta à anexação ilegal e ilegítima da Crimeia, na Ucrânia, pela Rússia, que a NATO nunca reconhecerá. Os canais políticos e militares de comunicação permanecem abertos. Preocupações com o padrão agressivo e desestabilizador de atividades militares e retórica da Rússia vão muito além da Ucrânia.



### Relações NATO-Rússia

O Conselho NATO-Rússia (NRC) foi estabelecido como um mecanismo de consulta, construção de consenso, cooperação, decisão conjunta e ação conjunta. Dentro do NRC, os Estados-membros individuais da NATO e a Rússia trabalharam como parceiros iguais num amplo espectro de questões de segurança de interesse comum.



### Conselho NATO-Rússia

Tendo em vista o aumento contínuo militar da Rússia dentro e ao redor da Ucrânia, o secretário Jens Stoltenberg confirmou na quarta-feira (26 de janeiro de 2022) que a NATO transmitiu as suas propostas por escrito à Rússia, em paralelo com os Estados Unidos da América.



### NATO transmite propostas escritas à Rússia

Desde que a Rússia iniciou as suas ações agressivas contra a Ucrânia, autoridades russas acusaram a NATO com uma série de ameaças e ações hostis.

#### Os cinco principais mitos russos:

- A NATO não está interessada num diálogo real com a Rússia;
- A NATO ignora a proposta de afastar os exercícios militares da "linha de contato" entre a NATO e as forças russas;
- A Ucrânia não pode aderir à NATO;
- A NATO rejeita as propostas de controle de armas da Rússia;
- A NATO está cercado e tentando conter a Rússia.



### Os cinco principais mitos desmascarados

## A BÚSSOLA ESTRATÉGICA DA UE EM SEGURANÇA E DEFESA



A Bússola Estratégica da UE fornece uma orientação clara para o desenvolvimento da UE no domínio da segurança e defesa. A ambição está ligada ao realismo. Medidas concretas vinculadas a prazos fornecem uma boa estrutura de avaliação para implementação. No entanto, a bússola estratégica foca apenas o curto prazo, com foco enfático no período até 2025. Não há perspectiva de longo prazo. Como resultado, não fornece orientação suficiente para o desenvolvimento de capacidade no futuro. Dada a evolução das relações entre a Europa e os Estados Unidos, a Bússola Estratégica deve também indicar melhor como o reforço da cooperação em matéria de segurança e defesa na UE contribui para uma melhor partilha transatlântica dos encargos na NATO.

### Em geral

A alta representante da UE distribuiu a primeira versão da Bússola Estratégica da UE aos Estados-membros em novembro de 2021. No início de janeiro, uma segunda versão ligeiramente modificada foi publicada para discussão durante as reuniões informais dos ministros da defesa e das relações exteriores em Brest (12-14JAN). Os Estados-membros reagiram principalmente de forma positiva a ambas as versões. A 'fase de diálogo estratégico' (janeiro-setembro de 2021) certamente contribuiu para a adesão dos Estados-membros, abriu espaço para contribuições e para a definição de um terreno comum. No entanto, no processo de acompanhamento, alguns Estados-membros tentarão ajustar ainda mais o texto na direção desejada. A versão final da Bússola Estratégica será adotada no Conselho Europeu de 24 a 25 de março, após o que terá início a fase de implementação. Isto coloca desafios muito maiores, com muito – se não tudo – dependendo da vontade dos Estados-membros de implementar os pontos de ação concretos. A pressão política continua ao mais alto nível e o maior empenho dos Estados-membros para aprofundar a cooperação no domínio da defesa com outros Estados-membros da UE em todas as facetas (operacional, desenvolvimento de capacidades, tecnológico e industrial) são fatores-chave para uma implementação bem sucedida.

### Três pontos específicos

**Objetivo:** a Bússola Estratégica deve orientar a política de segurança e defesa da UE para os próximos 5-10 anos. Concentra-se principalmente em 'como, o quê e quando' as medidas a serem tomadas com objetivos concretos para a ação a ser tomada. Uma Bússola Estratégica dá a direção de como chegar ao alvo. A Bússola Estratégica da UE fornece, de facto, orientação, mas o objetivo a atingir é menos claro. Trata-se de assumir mais responsabilidade pela própria segurança e, assim, reduzir a dependência dos EUA. Ainda não está claro como os esforços da UE podem contribuir para uma melhor repartição de encargos na NATO. A Bússola Estratégica indica que a segurança e a defesa abrangem mais do que tarefas no contexto da Política Comum de Segurança e Defesa (PCSD) – e dá exemplos no que diz respeito às operações marítimas e ao domínio espacial – mas não há objetivos estratégicos para isso. Nível de ambição: para a PCSD, aplica-se um novo nível de ambição militar de uma capacidade de desdobramento rápido da UE de, no máximo, 5.000 soldados. Positivo é a menção enfática à composição modular de elementos terrestres, aéreos e marítimos (sob medida).

A viabilidade do ponto de ação concreto para ter todos os facilitadores disponíveis até 2025 é questionável, dadas as principais deficiências dos Estados-membros da UE, em particular em termos de inteligência e explorações estratégicas. A questão também permanece sobre em que se baseia o número máximo de 5.000 soldados. Por um lado, a referência a um possível cenário de implantação de resgate e evacuação dá a impressão de que o número se baseia nas operações de evacuação do aeroporto de Cabul em agosto de 2021. Isso significaria que a UE erraria pela 3ª vez devido à última crise. Para ser usado como ponto de partida para o nível de ambição militar.<sup>[1]</sup> Por outro lado, mencionar a 'estabilização' como cenário levanta principalmente questões sobre sustentabilidade. A capacidade de implantação rápida é uma força de entrada inicial e as operações de estabilização são muitas vezes de longa duração. Quem então acompanha a força de intervenção?

**Desenvolvimento de capacidades:** a Bússola Estratégica está a deslocar a definição de necessidades para o curto prazo (nomeadamente o alinhamento com as atuais necessidades operacionais), pelo que as capacidades a reforçar estão mais explicitamente ligadas ao nível de ambição no contexto da PCSD. A vantagem disso é que há muito mais pressão sobre os Estados-membros para atingir metas mais ambiciosas para as capacidades militares (como os facilitadores). A desvantagem é que, com essa ênfase, a Bússola Estratégica fornece pouca ou nenhuma direção para o desenvolvimento de capacidade de longo prazo, para programas de equipamentos multinacionais (geralmente com duração de 10 a 20 anos) e para a cooperação industrial europeia de defesa.<sup>[2]</sup> Isso é uma falta séria. Isso enfraquece a coerência entre a trajetória político-diplomática e as atividades de instituições da UE, como a Agência Europeia de Defesa (EDA) e a Comissão Europeia por meio do Fundo Europeu de Defesa (FED). Essas organizações realizam principalmente atividades voltadas à pesquisa e desenvolvimento de tecnologia na fase preliminar de produção (ou seja, de médio a longo prazo). Em segundo lugar, a prioridade para as necessidades operacionais de curto prazo no âmbito da PCSD não está de acordo com a abordagem (corretamente) mais ampla da segurança na Bússola Estratégica. Afinal, isso afirma que, em termos de resiliência, a UE deve investir não apenas em capacidades cibernéticas e outras híbridas, mas também no reforço da segurança no mar e no espaço – o que é difícil ou impossível de integrar com as tarefas existentes da PCSD.

### E por último mas não menos importante

A Bússola Estratégica da UE suscita grandes expectativas, mas a sua implementação depende muito dos Estados-Membros. A história de iniciativas anteriores da UE (como 'Pooling & Sharing' - 2011; o Plano de Implementação para Segurança e Defesa - 2016) mostra que a prática de implementação é muito mais indisciplinada do que o estabelecimento de políticas. A vontade política coletiva é o primeiro requisito. A divisão entre os Estados-membros da UE sobre as prioridades da política de segurança e a organização das suas forças armadas continua a ser um grande obstáculo a isso. Além disso, a 'europeização' do planeamento de defesa, aquisição de equipamentos e política industrial de defesa é outro requisito, que exige uma mudança nos Estados membros de uma abordagem 'nacional' para uma 'europeia'.

<sup>[1]</sup> O Helsinki Headline Goal de 1999 foi baseado na Força de Implementação da NATO (IFOR) após a conclusão dos Acordos de Dayton sobre a Bósnia: um corpo de exército de cerca de 60.000 soldados. Os Grupos de Batalha da UE foram baseados na primeira operação militar autónoma liderada pela UE no leste do Congo (Bunia) em 2003, envolvendo aproximadamente 1.500-2.000 soldados.

<sup>[2]</sup> Para mais explicações sobre este aspecto, ver: Luuk Molthof, Dick Zandee, Giulia Cretti, Unpacking open estratégico autonomia – Do conceito à prática (Parte II Autonomia estratégica aberta na política industrial de defesa), Relatório Clingendael, novembro de 2021.





## AUTONOMIA ESTRATÉGICA Não sem integração

Uma dimensão da autonomia estratégica foi decidida com firmeza desde que a UE criou a sua Política Comum de Segurança e Defesa em 1999: a projeção de força militar fora das fronteiras da UE. Essa é também a dimensão que deve, e pode, ser posta em prática a muito curto prazo.

Autonomia é uma mentalidade. Um ator que não pensa de forma autónoma nunca agirá de forma autónoma, independentemente de suas capacidades. Cinco componentes dessa mentalidade são essenciais. Primeiro, os Estados-membros devem ver que a UE é uma grande potência, na mesma liga que os EUA, a Rússia e a China. Em segundo lugar, a UE deve assumir a liderança na estabilização da sua

própria periferia – ninguém fará isso por ela. Terceiro, o único nível significativo de ambição continua sendo o Objetivo Principal de até 60.000 soldados. Quarto, a autonomia só pode ser alcançada num agrupamento europeu, não por qualquer Estado-membro sozinho. Finalmente, a autonomia requer a integração das forças nacionais, não apenas a interoperabilidade entre elas. Enquanto os fracos discutem entre si – Temos autonomia estratégica? Queremos autonomia estratégica? – os fortes exercem sua autonomia. Não há tempo a perder, portanto. Os Estados-membros que compartilham essa mentalidade podem criar um conjunto de formações multinacionais permanentes, com brigadas nacionais, navios e esquadrões aéreos como blocos de construção. Eles podem fazer isso agora, para que, quando a UE adotar a sua Bússola Estratégica em março de 2022, possa revelar uma verdadeira iniciativa de capacidade ao mesmo tempo.



Autonomia Estratégica: Não sem integração



Uma Arquitetura apta para a Autonomia Estratégica



Autonomia Estratégica da UE



**A nova estratégia de defesa da UE corre o risco de adotar uma visão de mundo sombria, ao mesmo tempo em que sugere medidas inadequadas para enfrentar esse mundo de perigos. Um investimento muito melhor seria fortalecer as capacidades da Europa dentro da NATO.**

A única coisa pior do que um documento de defesa europeu maçante é aquele que tenta ser muito dramático. Em 16 de dezembro, os líderes da União Europeia endossaram a Bússola Estratégica como sua nova “estratégia ambiciosa e acionável” para a defesa europeia. Muitos especialistas da comunidade de segurança europeia temem que, ao propor uma abordagem mais ousada, o ego da UE esteja passando cheques que o seu corpo não pode descontar. Especificamente, eles temem que a EU mais uma vez falhe em desenvolver as capacidades de que

precisa para seguir sua Bússola Estratégica e, portanto, ficará exposta num mundo perigoso. No entanto, uma reunião informal “Gymnich” dos ministros da Defesa e dos Negócios Estrangeiros europeus em Brest esta semana parece confirmar esta nova direção para a estratégia de segurança da UE. De fato, é inteiramente provável que a Bússola Estratégica apenas amplifique a lacuna perene entre as expectativas e a capacidade de defesa da Europa. Mas este não é o maior perigo. Se seguir esta Bússola Estratégica, a UE corre o risco não só de se expor, mas de alienar o seu aliado mais importante e de alterar a sua própria identidade, talvez de forma irreversível, para pior. Ao fazer isso, a UE não apenas exacerbaria os perigos que enfrenta, mas também reduziria sua capacidade de lidar com eles, minando seu poder genuíno como força geopolítica única e criativa.

A visão de mundo sombria apresentada na Bússola Estratégica é indicativa de uma mentalidade que já invadiu muitas áreas da política da UE – a de “uma Europa que protege”. Na prática, a UE desenvolveu uma doutrina a que Richard Youngs, chamou de “segurança protetora”. Está muito longe das origens idealistas da UE e da abordagem mais progressista e otimista que lhe trouxe sucesso histórico. Em contraste, a Bússola Estratégica ameaça levar a UE ainda mais para um caminho de proteção. Essa também é uma preocupação para os EUA e outros membros da NATO, pois aliados importantes provavelmente tornariam-se mais distantes e mais distraídos, enquanto a UE se tornaria menos útil como parceiro.

## SUGESTÕES DE LEITURA EURODEFENSE



## ACHTUNG EUROPA!

[Ver mais](#)

**Como a busca pela autonomia estratégica pode minar o poder e a prosperidade da Europa”.**

A ideia de autonomia estratégica vai direto ao coração da prosperidade. Se o sindicato quiser permanecer relevante como ator geopolítico no futuro, ele precisa pensar muito sobre quais estratégias podem ajudá-lo a superar o seu peso.

Se não for feito corretamente, a busca pela autonomia estratégica pode acabar por minar a posição da Europa no mundo.

Em breve, no entanto, a Europa não será um gigante económico – pelo menos não um que possa usar a sua economia como base para uma política económica consequente.



## O GRANDE RESET NAS RELAÇÕES TRANSATLÂNTICAS

[Ver mais](#)

**Por que o futuro da democracia depende de uma cooperação transatlântica robusta.**

Durante anos, os 197 países do mundo foram puxados em duas direções distintas. Desde que a Paz de Vestfália, em 1648, trouxe o Estado-nação à tona, a maioria dos países regulou os seus assuntos por meio de uma complexa mistura de debate, julgamento de interesses e elaboração de leis, tudo isso conduzido dentro de uma estrutura nacional. Mas o problema é que os assuntos da humanidade raramente param nas fronteiras de qualquer nação. O que acontece num país – as ações que toma, as decisões que toma – afeta rotineiramente a qualidade de vida nos outros.



## IDENTIDADE, INDÚSTRIA E INTEROPERABILIDADE

[Ver mais](#)

O fortalecimento da cooperação de defesa europeia envolve muitos aspectos, desde o envio de forças em conjunto até programas colaborativos de aquisição de armamentos. Fornecer às Forças Armadas dos países europeus armamento moderno, interoperável e normalizado é um pré-requisito fundamental para que a Europa se torne um verdadeiro actor geopolítico.

No que diz respeito aos impulsionadores políticos, é a combinação de um ambiente de segurança internacional em mudança, o objetivo de reduzir a dependência estratégica e o medo da contenção dos EUA que contribuem para a colaboração em armamentos europeus. O motor industrial mais importante na Europa é o declínio da viabilidade económica de uma abordagem exclusivamente nacional para a geração de capacidades militares avançadas.



## GEOPLÍTICA DA TRANSFORMAÇÃO DE ENERGIA O fator Hidrogénio

[Ver mais](#)

À medida que os países de todo o mundo se mobilizam em torno das metas líquidas de zero, o hidrogénio é cada vez mais visto como a peça que faltava no quebra-cabeça da transformação de energia para descarbonizar setores mais difíceis de reduzir. Este relatório considera se e como o hidrogénio pode atrapalhar os futuros sistemas de energia, refletindo sobre muitos dos principais temas discutidos no relatório da Comissão Global, Um Novo Mundo – A Geopolítica da Transformação Energética. A análise oferece insights sobre como os países e as partes interessadas podem navegar pelas incertezas e moldar o desenvolvimento dos mercados de hidrogénio e descreve as considerações políticas para ajudar a mitigar os riscos geopolíticos e capitalizar as oportunidades.



## O ACORDO VERDE DA EU

Um novo impulso para a governança democrática na região MENA?

[Ver mais](#)

A governação disfuncional e a repressão estão no centro dos desafios e crises sociais, económicas e políticas na região do MENA. A natureza da governança, seja autocrática, corrupta, capitalista de compadrio, altamente centralizada, patriarcal e/ou meramente incompetente, levou a queixas políticas e socioeconómicas alarmantes. Essas queixas acumularam-se ao longo de décadas, provocando protestos em toda a região em 2010, 2011 e anos subsequentes. Sem grandes melhorias na qualidade da governação democrática, novas crises são inevitáveis e a estabilidade sustentável permanecerá inatingível, com grandes repercussões negativas para a própria União Europeia.



## BÚSSOLA OU CARRILHÃO DE VENTO?

[Ver mais](#)

### Análise do Projeto “Bússola Estratégica”

Em março de 2022, os 27 Estados-membros da União Europeia (UE) querem adotar uma “Bússola Estratégica” que visa tornar a União um provedor de segurança internacional até 2030 e fortalecer a sua soberania estratégica. A primeira versão deste documento está disponível desde meados de novembro e apresenta sérios déficits: a fragmentação estratégica, a superinstitucionalização e a difusão da responsabilidade continuam sendo marcas da política de segurança e defesa da UE. Na próxima revisão da bússola, Berlim é chamada, em particular, a esclarecer o seu status e definir um objetivo claro de ambição. Caso contrário, é provável que a Bússola Estratégica encoraje uma política de segurança da UE cujo lema seja “Tudo pode ser feito, nada deve ser feito”.

## DESTAQUES EURODEFENSE JOVEM-PORTUGAL

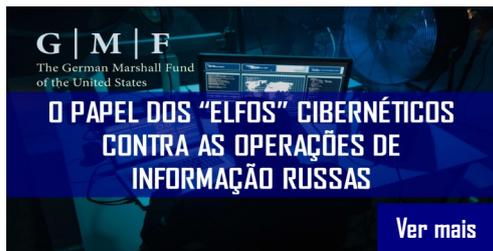


Janeiro foi um mês preenchido para a EuroDefense Jovem. Para além da publicação habitual das Reflexões EDJ, que este mês incidiram sobre as Guerras Árabes e a resposta da União Europeia (autoria de Joana Good da Silva), foi também o mês das Tertúlias EDJ.

A primeira, no dia 12 de janeiro, resultou de uma parceria com o Observatório do Mundo Islâmico e incidiu sobre a Resposta da

União Europeia à Ameaça Terrorista, tendo como convidado o Professor Doutor José Manuel Anes. A Factsheet e a moderação da Tertúlia foi realizada pela Joana Dionísio, membro da EDJ. Para a segunda, no dia 26 de Janeiro, ocorreu o prazer de contar com o MGEN Agostinho Lopes, Vice-Presidente da ED-P. O tema em debate foram as Ameaças Híbridas. A responsável pela Factsheet e moderação foi Rita Costa, membro da EDJ. Além disso, a EDJ avançou com uma das novas iniciativas, que agora pode ser ouvido em formato podcast no Spotify, para além do formato habitual de vídeo nas redes sociais.

No dia 28 de Janeiro foi anunciado também uma das apostas da EDJ para o presente ano: os Workshops&Cursos. O primeiro curso, on-line e gratuito, terá lugar nos dias 31 de janeiro a 4 de fevereiro e será sobre os Diferentes Cenários Estratégicos que envolvem a Europa, contando com profissionais e académicos de peso nas áreas geográficas abordadas.



Guerrilheiros de elfos corajosos derrubando hordas de trolls sombrios num conflito ideológico sobre o futuro da humanidade. Este não é o início de um romance de fantasia, mas uma descrição um tanto precisa das realidades cotidianas no ciberespaço em toda a Europa. Os “elfos”—um grupo de ativistas cibernéticos que lutam contra a propaganda pró-Kremlin e campanhas de desinformação—são um fenómeno crescente, mas pouco conhecido. Tendo começado em 2014 com menos de 20 indivíduos na Lituânia, o movimento expandiu-se para 13 países da Europa Central e Oriental e contava com cerca de 4.000 voluntários até 2021.



A primeira pergunta na atual crise sobre a Ucrânia não é “O que Putin fará?”, mas “O que queremos?”. Nós, que somos a UE e os seus Estados-Membros. Isso é estratégia: conhecer os próprios interesses e objetivos, e escolher com base nisso onde e como reagir, e quando intervir proativamente. Nosso interesse vital é claro: salvaguardar nosso território e modo de vida. Defender o território e o modo de vida da Ucrânia não é um interesse vital: nossa sobrevivência não depende disso. Mas a existência continuada de uma Ucrânia democrática como um estado-tampão entre nós e a Rússia ajuda-nos a defender o nosso interesse vital – é um interesse instrumental. A Ucrânia faz parte da vizinhança que precisa ser estável para que a própria UE permaneça estável.



Duas proposições simples estão no centro das discussões políticas contemporâneas sobre a guerra interestatal. Em termos simples, essas proposições concluem que a guerra resulta principalmente da percepção de um desequilíbrio militar. Portanto, a prescrição política óbvia para evitar a guerra é garantir que não haja percepção de desequilíbrio militar. Em termos práticos, isso significa um maior investimento nas forças armadas ou a construção de relações mais fortes com países que mantêm forças armadas poderosas.



Se a União Europeia leva a sério a sua ambição de alcançar a autonomia estratégica, precisa trabalhar para uma cooperação de inteligência mais estreita entre seus Estados-membros. Embora a inteligência sempre tenha sido um assunto nacional, um papel mais forte de Bruxelas é importante para a UE enfrentar efetivamente uma ampla gama de desafios de segurança e defesa.



Trinta anos após o desmembramento da União Soviética, o envolvimento do Ocidente com a vizinhança oriental da UE precisa dum novo começo baseado no retorno à visão comum de uma Europa “inteira, livre e em paz”. A mera tentativa de manter o *status quo* resultará em mais retrocessos, mais instabilidade e menos segurança na Europa Oriental e além, incluindo a própria UE.